



Economia da salvação à salvação da economia: comunhão e sustentabilidade como fundamentos

From the Economy of Salvation to the Salvation of the
Economy: Communion and Sustainability as Foundations

*Clélia Peretti

**Valquíria Aparecida Ribeiro

Resumo

O artigo explora a relação entre economia e teologia, destacando como princípios teológicos podem inspirar práticas econômicas voltadas ao bem comum. O texto reflete sobre a origem do termo “economia” na Grécia Antiga, evoluindo para uma ciência voltada à administração de recursos, mas que, ao longo do tempo, perdeu sua conexão com valores éticos e sociais. A relevância desse estudo reside na necessidade de repensar as bases éticas da economia frente aos desafios contemporâneos, como desigualdade social e degradação ambiental. O problema central é a desconexão entre práticas econômicas modernas, frequentemente individualistas, e a promoção do bem comum. A hipótese sugere que a integração de princípios teológicos, como a economia da salvação, pode oferecer um modelo alternativo e sustentável. Os objetivos incluem investigar a evolução do conceito de economia, relacioná-lo à economia da salvação e propor práticas econômicas baseadas em comunhão e sustentabilidade. A metodologia é qualitativa, com levantamento bibliográfico interdisciplinar, dialogando com autores clássicos e contemporâneos, além de documentos da Igreja. Os resultados apontam para a viabilidade de modelos econômicos alternativos, como a Economia de Comunhão de Chiara Lubich e a Economia da Rosquinha de Kate Raworth, que alinham justiça social e sustentabilidade ambiental. A conclusão reafirma que a economia, quando fundamentada na

*Doutora em Teologia pela EST. Professora e pesquisadora em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Contato: cpkperetti@gmail.com

**Doutoranda em Teologia pela PUCRS, área de concentração em Teologia Sistemática. Contato: ribeirovalquiria4@gmail.com



Texto enviado em

26.09.2025

Aprovado em

17.10.2025

Ano XXXIII - V. 34 - Nº 111

Mai - Dez 2025



PUC-SP

Programa de Estudos

Pós Graduados em
Teologia - PUC/SP

dignidade humana e na ética do cuidado, pode ser um instrumento de transformação social. A economia da salvação, inspirada na lógica trinitária, oferece um modelo que harmoniza aspectos materiais e espirituais, promovendo uma nova civilização do amor e do bem comum.

Palavras-chave: Economia, teologia, sustentabilidade, comunhão, economia da salvação.

Abstract

The article explores the relationship between economics and theology, highlighting how theological principles can inspire economic practices oriented toward the common good. The text reflects on the origin of the term 'economy' in Ancient Greece, evolving into a science focused on resource management, but which, over time, lost its connection to ethical and social values. The study is justified by the need to rethink the ethical foundations of economics in light of contemporary challenges such as social inequality and environmental degradation. The central issue is the disconnect between modern economic practices—often individualistic—and the promotion of the common good. The hypothesis suggests that integrating theological principles, such as the economy of salvation, may offer an alternative and sustainable model. The objectives include investigating the evolution of the concept of economy, relating it to the economy of salvation, and proposing economic practices based on communion and sustainability. The methodology is qualitative, involving an interdisciplinary bibliographic review, engaging with classical and contemporary authors as well as Church documents. The results point to the feasibility of alternative economic models, such as Chiara Lubich's Economy of Communion and Kate Raworth's Doughnut Economics, which align social justice with environmental sustainability. The conclusion reaffirms that economics, when grounded in human dignity and the ethics of care, can be a tool for social transformation. The economy of salvation, inspired by Trinitarian logic, offers a model that harmonizes material and spiritual aspects, promoting a new civilization of love and the common good.

Keywords: Economics, theology, sustainability, communion, economy of salvation.

1 Introdução

Arelação entre economia e teologia emerge como uma dimensão essencial na compreensão das dinâmicas sociais e espirituais que moldam as relações humanas. A economia, frequentemente associada à administração de bens materiais, revela-se também como um campo rico em implicações éticas e teológicas. Desde suas origens nas palavras grega *oikonomia* – que combina *oikos* (casa) e *nomos* (administração), a economia tem sido entendida como a gestão dos recursos para o bem-estar humano. No entanto,

a evolução desse conceito, expandiu sua aplicação, influenciando tanto as estruturas sociais quanto os valores que orientam as práticas econômicas, sofrendo alguns desvios de sentido ao longo do tempo.

Este trabalho tem como objetivo investigar os fundamentos da economia, a evolução desse conceito ao longo da história e sua relação com a economia da salvação — uma perspectiva teológica que articula a organização divina da história em favor da redenção humana, conectando-a às demandas contemporâneas por sustentabilidade econômica e justiça social. Partindo da concepção de *oikonomia trinitária* — que destaca a comunhão entre as pessoas da Trindade como matriz para as relações humanas e econômicas — busca-se compreender como princípios teológicos podem inspirar práticas econômicas orientadas para o bem comum.

A investigação dialoga com autores clássicos e contemporâneos, além dos documentos do Magistério da Igreja. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, em análise combinando economia, teologia e filosofia. A partir de um levantamento bibliográfico qualitativo, são examinadas contribuições históricas que abordam a dimensão ética e espiritual da economia. Permitindo identificar princípios e modelos que promovem uma economia sustentável, como o conceito de Economia de Comunhão idealizado por Chiara Lubich e a teoria de Kate Raworth – Economia da Rosquinha. Tais perspectivas são interpretadas à luz da economia da salvação, que, ao enfatizar o amor e a gratuidade como bases das relações, oferece um contraponto à lógica individualista predominante nas práticas econômicas modernas.

Repensar as bases éticas da economia frente aos desafios globais contemporâneos, como a desigualdade social e a degradação ambiental. Ao propor uma reflexão a integração entre princípios teológicos e práticas econômicas, se faz relevante o estudo, pois busca-se contribuir para o desenvolvimento de modelos que promovam o bem-estar humano em harmonia com os limites planetários. A partir dessa perspectiva, a economia não é apenas uma ciência voltada para a produção de riquezas, mas também um instrumento para a realização do bem comum, em sintonia com a dimensão espiritual e comunitário da existência humana.

Este trabalho não se limita a resgatar a compreensão da evolução do conceito de economia, tampouco se restringe à abordagem teológica; ele se propõe a apresentar a economia como um campo aberto à transformação social. Ao articular a economia da Trindade com os desafios econômicos e ambientais do século XXI, reafirma-se a possibilidade de uma economia fundamentada na solidariedade, na sustentabilidade e na dignidade humana — capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

2. O conceito de Economia da antiguidade ao século XIX

O termo *economia* vem sendo desenvolvido desde a Antiguidade Grega, atra- vessando diferentes compreensões e incorporando múltiplos elementos ao longo do tempo. Essa evolução culmina em uma definição complexa e rica, capaz de responder às demandas e contextos específicos de distintos períodos históricos.

A palavra economia tem sua origem na língua grega, a partir da palavra *oikonomía*, onde *oikos* significa casa, moradia; e *nomos* – lei, costume, administrar, ou seja, algo como ‘regras da casa’ ou ‘administração da casa’. Também deriva do latim *oeconomia*, que significa ordem, arranjo, disposição (ALENCAR; AGUIAR, 2013, p. 10).

De acordo com Alencar e Aguiar, a definição do termo *economia* tem suas raízes na administração dos recursos domésticos — um conceito que, ao longo do tempo, expandiu-se para as esferas públicas e estatais. Nesse contexto, o filósofo grego Xenofonte, no século IV a.C., dedicou-se a uma reflexão profunda sobre a economia doméstica em sua obra *Oeconomicus*, apresentada como um diálogo entre Sócrates e Critóbulo. O texto enfatiza a distinção dos papéis atribuídos ao marido e à mulher. Xenofonte apresenta o homem como responsável pelas tarefas externas, relacionadas ao provimento dos recursos necessários, enquanto atribui à mulher o papel de cuidar da organização, da ordem e da eficiência no âmbito doméstico. Esse equilíbrio de funções é considerado essencial para a promoção do bem-estar familiar, por meio do uso consciente dos recursos disponíveis. Assim, ele afirma:

Mas julgo que, sendo boa companheira, para o bem uma mu- lher pesa tanto quanto o marido; os bens entram na casa atra-

vés dos atos do marido, mas são gastos em sua maioria, através das despesas feitas pela mulher; sendo os ganhos e gastos bem administrados, crescem os patrimônios; mal administrados, diminuem os patrimônios (XENOFONTE, 1999, p. 19).

Xenofonte destaca a economia ao explorar as técnicas agrícolas: “a terra ensina também a justiça aos que podem aprendê-la, pois aos que lhe prestam melhores serviços dá em troca muitos bens” (Xenofonte, 1999, p. 28). Essa interação entre a terra e o agricultor, exemplificada pela relação entre semeadura e colheita, depende de conhecimentos e habilidades que garantam resultados satisfatórios. O filósofo argumenta que a economia é uma competência passível de ensino e aprimoramento, aplicável tanto ao âmbito doméstico quanto ao social. Ele ressalta que a educação e o treinamento desempenham papel fundamental na capacitação daqueles encarregados da administração, promovendo o uso racional dos recursos disponíveis.

Para Xenofonte, a economia ultrapassa a simples gestão do lar, representando o alicerce de uma sociedade bem ordenada, na qual a harmonia doméstica se reflete na organização da pólis — que, por sua vez, depende de governantes sábios e éticos para o desenvolvimento dos setores públicos.

De maneira semelhante, o filósofo Aristóteles recorre à economia para integrá-la a uma estrutura ética e política mais ampla, diferenciando-a da *crematística* — atividade voltada à obtenção ilimitada de riqueza, considerada por ele como antinatural. Assim, descreve:

Há, como já dissemos, duas espécies de arte ou ciência da riqueza: uma, que tem o comércio por objeto, outra a economia. Esta é louvável e necessária; aquela é justamente censurada, pois não se adapta à natureza, provindo do benefício das trocas recíprocas. É com justa razão que nos repugna a usura, porque ela procura uma riqueza que provém da própria moeda, a qual não mais se aplica ao fim para o qual foi criada. Ela só foi criada para a função de troca; e a usura a multiplica por si mesma: do que se originou o seu nome, porque os seres produzidos se assemelham aos que lhes dão nascimento. O lucro é o dinheiro do dinheiro: e esta é, de todas as aquisições, a mais contrária à natureza (ARISTÓTELES, 2011, Livro I, cap. 3 §23).

Aristóteles sistematiza que a economia é subordinada ao bem supremo da *pólis*, cujo objetivo maior é a *eudaimonia* — ou seja, a economia deve servir ao florescimento humano. As concepções de economia, na visão de Xenofonte e Aristóteles, revelam-se impregnadas de valores éticos como justiça, prudência e moderação, refletindo uma crítica contundente à busca desenfreada por riquezas. Para esses pensadores, a verdadeira arte econômica está intrinsecamente vinculada ao caráter e à virtude moral.

Na Idade Média, encontramos a escola do pensamento econômico franciscano, nascida com Francisco de Assis a partir da escolha radical de viver a pobreza como forma de aliviar o sofrimento dos que dela padeciam. Essa opção originou um paradoxo fecundo, que resultou na formulação de teorias econômicas inovadoras. Entre elas, destaca-se a teoria de mercado de Giovanni Olivi, posteriormente retomada por Bernardino de Sena, com ênfase na teoria do valor, que incorporou princípios como escassez, gratuidade e utilidade. Esses conceitos foram concretizados na prática por meio das primeiras iniciativas de microcrédito, culminando na criação dos Bancos *Monte di Pietà*.

Os economistas contemporâneos Luigino Bruni e Alessandra Smerilli reassumem essa visão franciscana de mercado, definindo-o como um espaço de relações fundamentadas na confiança e na credibilidade. Segundo essa perspectiva, o mercado não deve privilegiar o acúmulo de riquezas, mas sim contribuir para o bem comum:

O mercado é apresentado como um local de relacionamentos baseados em confiança e credibilidade. Portanto, não eram aqueles que tiravam a riqueza do bem comum para acumulá-la, mas aqueles que, por meio do comércio e da troca, participavam do bem comum que podiam fazer parte do mercado, segundo o entendimento franciscano¹. (BRUNI; SMERILLI, 2008, p. 75 - Tradução nossa).

A partir desse conceito de economia orientado ao bem comum — ou seja, aquele em que os recursos e a produção de bens e serviços são utilizados para

1. Il mercato è presentato come un luogo di relazioni basate sulla fiducia e sulla credibilità. Potevano quindi far parte del mercato, francescanamente inteso, non coloro che sottraevano ricchezza al bene comune per accumularla, ma quelli che commerciando e scambiando partecipavano al bene comune. (Texto original).

atender às necessidades coletivas de forma consciente, e não para a acumulação individual — o mercado passa a configurar-se como uma comunidade de cidadãos que participam ativamente das trocas, seja por necessidade, seja por possuírem recursos financeiros, contrapondo-se à lógica excludente baseada exclusivamente no poder de aquisição.

Ainda no contexto italiano, por volta do século XVIII, o economista Antonio Genovesi contribuiu significativamente para essa evolução conceitual ao integrar à economia o princípio da felicidade. Ele exorta que o ser humano só é verdadeiramente feliz quando está em relação com o outro e busca tanto a felicidade alheia quanto a própria. Essa visão provocou uma verdadeira revolução no agir econômico, uma vez que sua proposta de uma *economia civil era voltada para o bem comum*.

Portanto, podemos dizer que a economia como ciência da felicidade pública é a diferença entre Economia Civil e Economia Política - sendo esta última considerada e reconhecida como ciência na modernidade.² (CERRINO, 2024, p. 34 -Tradução nossa).

O pensamento de Genovesi e suas lições de economia não tiveram ampla difusão pelo mundo, o que levou ao seu esquecimento no campo da ciência econômica moderna. Por outro lado, o economista escocês Adam Smith tornou-se reconhecido como o pai da economia, graças às suas teorias de Economia Política.

A economia passou a ser reconhecida como ciência a partir das contribuições de Adam Smith, ainda no século XVIII. O autor apresenta dois conceitos fundamentais que moldaram o pensamento econômico moderno. O primeiro é o *self-interest* (interesse próprio), que considera a busca pela riqueza individual como elemento central na constituição da riqueza das nações. O segundo, conhecido como a “mão invisível”, refere-se a um mecanismo providencial que, embora guiado pelo interesse particular, acaba por promover o bem-estar coletivo. Smith descreve esse fenômeno da seguinte forma:

2. Quindi possiamo affermare che il considerare l'economia come scienza della pubblica felicità è la differentia specifica tra l'Economia Civile e la Political Economy. (Texto original).

[...] e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir os próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade de muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente a promovê-lo (SMITH, 1996, p. 438).

A teoria econômica proposta por Adam Smith introduziu o conceito de *self-interest* (interesse próprio) como motor do desenvolvimento econômico. Nesse modelo, cada indivíduo busca satisfazer seus próprios interesses, promovendo uma cultura mais individualista e distanciando-se da ideia de bem comum. Com isso, a atuação da “mão invisível” passa a ser entendida como um mecanismo em que o interesse individual contribui, indiretamente, para o interesse coletivo. Surge, então, o liberalismo econômico, que defende a mínima intervenção do Estado no mercado, permitindo que as relações econômicas sejam autorreguladas pela dinâmica da oferta e da demanda.

A partir dessa perspectiva, a economia passou a se concentrar na formulação de estratégias voltadas para a maximização dos lucros. O período, marcado pela Revolução Industrial, destacou a produção em massa, impulsionada pelas inovações tecnológicas potencializadas pelo uso da força trabalho em troca de mínimos salários, culminando em uma ciência promotora de pobreza e desigualdades sociais.

No início do século XIX, surgiram diversas teorias que buscavam explicar e orientar as práticas econômicas do período, como a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Esse modelo destacava os benefícios da especialização produtiva no contexto do comércio internacional. Ricardo argumentava que, sob condições de livre concorrência, os países deveriam se concentrar na produção de bens com menor custo relativo, o que resultaria em benefícios mútuos e no aumento do potencial de acumulação de riqueza. Ele descreve:

Assim, o comércio internacional sob condições de livre concorrência faria ambos os países se especializarem na produção dos bens em que tinham maiores vantagens compa-

rativas, e aumentaria o potencial de acumulação em ambos. (RICARDO, 1996, p. 11).

Embora essas teorias contribuíssem para o desenvolvimento do pensamento econômico, elas geraram preocupações éticas e sociais. John Stuart Mill, por exemplo, reflete sobre as implicações do excedente de capital, observando que:

Depois, da reposição do que ela gastou, comumente lhe resta um excedente, que é seu lucro, a renda líquida de seu capital: o montante que pode permitir-se gastar em coisas necessárias ou em prazeres, ou a partir do qual pode aumentar sua riqueza mediante poupança ulterior (MILL, 1996, p. 457).

Mill evidencia uma importante distinção de classes: enquanto os capitalistas desfrutam do poder de escolha sobre o uso do excedente – seja para consumo, prazeres ou investimento, os trabalhadores assalariados enfrentam uma realidade completamente distinta, limitada à satisfação de necessidades básicas. Essa análise sublinha a assimetria de poder e recursos no sistema de economia praticado, que reforça as desigualdades estruturais. Karl Marx por sua vez indaga sobre a exploração da força trabalho que comparou como uma mercadoria à disposição do mercado:

Se considerarmos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo (MARX, 2023, 218).

A economia, nesse contexto, emerge como um conceito ambivalente: ao mesmo tempo em que promove o progresso material e a expansão dos mercados, revela-se como uma estrutura que intensifica desigualdades sociais e desafia as bases éticas do desenvolvimento humano.

3 Economia da salvação

A modernidade trouxe uma série de desafios à compreensão do termo *economia*, que passou a exercer uma função de direcionamento e condicionamento das ações políticas e culturais. No entanto, a teologia também se apropria desse

termo para explicar o fenômeno divino que se manifesta no mundo — especialmente a encarnação de Cristo.

Utilizando a definição proposta pelos pensadores gregos, que entendiam economia como a administração da casa (oikonomía), os Padres da Igreja — em especial Irineu de Lyon — adotaram essa concepção para expressar a maneira como Deus organiza e conduz a história da salvação da humanidade.

Para Irineu, “a economia divina consiste no desdobramento do plano salvífico de Deus, revelado em etapas.” Essa perspectiva sublinha a continuidade da manifestação divina, desde a criação até a ressurreição de Jesus, enfatizando que todos os eventos históricos se entrelaçam em uma narrativa dirigida pelo Criador. Assim descreve Irineu de Lyon:

Os valentinianos, por sua vez, ensinam que o Jesus da economia é aquele que passou por Maria; sobre ele desceu o Salvador do alto, também chamado Cristo, porque traz o nome de todos os que o emitiram; este comunicou o seu poder e o se nome ao Jesus da economia a fim de que, por seu meio, a morte fosse vencida e, por meio do Salvador descendido do alto, o Pai fosse conhecido (IRINEU DE LIÃO, 1995, p. 314).

Dessa forma, a economia do “Jesus da economia”, como o autor descreve, pode ser compreendida como a administração da graça divina, aplicada em momentos e modos específicos para alcançar a plena redenção da humanidade. Jesus é apresentado como o ecônomo de Deus, e essa missão tem continuidade por meio de seus discípulos, conforme afirma São Paulo em sua Primeira Carta aos Coríntios: “Portanto, considerem-nos os homens como servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus” (1Cor 4,1; 2002, p. 1997). Ainda em Tito, lemos: “Porque é preciso que, sendo ecônomo das coisas de Deus [...]” (Tito 1,7; 2002, p. 2079).

A economia da salvação é a manifestação mais sublime do amor de Deus pela humanidade. O evangelista João afirma: “Pois Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha vida eterna” (Jo 3,16; 2002, p. 1848). Esse amor transcende as limitações humanas — um ato gratuito e incondicional que redefine as relações entre Deus

e a humanidade. Em Cristo, Deus se aproxima da humanidade de forma tangível, assumindo a condição humana e compartilhando suas dores, culminando no ápice do amor divino: o sacrifício da cruz.

Tomás de Aquino destacou que o mistério da encarnação é a expressão suprema do amor de Deus, que se humilha para elevar a humanidade. Assim, descreve:

Deus ama a Cristo, não somente mais que a todo o gênero humano, mas, mais que a toda a universalidade das criaturas. Pois, quis-lhe maior bem e deu lhe um nome superior a qualquer outro nome, como a verdadeiro Deus. E nem Cristo perde nada da sua excelência por Deus tê-lo entregue à morte, para a salvação do gênero humano; antes, tornou-se vencedor glorioso, pois, foi posto o principado sobre o seu ombro, diz a Escritura (Is 9, 5). (AQUINO, 1273, p. 282).

Esse amor vem ao encontro de uma necessidade humana fundamental: a de ser restaurada. Essa é a função principal — e ética — da economia: satisfazer as necessidades. Para a realização desse plano de salvação, dessa economia divina, Deus faz da mulher uma participante essencial: Maria. Isso reflete a antiga concepção grega de economia como administração da casa, frequentemente associada à responsabilidade feminina. Da mesma forma, a salvação foi mediada por meio de uma mulher. O “sim” de Maria possibilita a encarnação do Verbo; sua participação no mistério da redenção demonstra como a graça divina opera por meio da liberdade humana. Balthasar descreve: “Uma vez que Maria, desde sempre, entregou tudo, sua memória foi a tábua perfeita sobre a qual o Pai, através do Espírito, pôde escrever sua Palavra por inteiro” (BALTHASAR, 2016, p. 31).

Essa participação humana no plano salvífico, por meio de Maria, reafirma a descoberta da dignidade humana, na qual o ser humano é colocado em plena comunhão com o divino — para que o divino se tornasse humano. Para compreender a relação de amor entre as três pessoas da Trindade, expressa na comunhão, Luis Ladaria enfatiza: “A comunhão tem sua origem no Pai, que gera o Filho de tal maneira que o Espírito possa ser comum aos dois” (LADARIA, 2009, p. 222). Da mesma forma, o Espírito torna-se comum a Maria, que concebe Jesus por obra do Espírito Santo: “O Espírito Santo virá sobre ti, e o poder do Altíssimo te cobrirá com sua sombra” (Lucas 1,35; 2002, p. 1787). No

Pentecostes, repete-se a ação de Deus, que concede o Espírito Santo a todos os cristãos. Por sua habitação no espírito humano, este passa a ter acesso à Trindade — como a própria Maria.

Nesse contexto, é importante sublinhar a contribuição da ontologia trinitária desenvolvida por Piero Coda, que aprofunda a compreensão da economia da salvação. Para Coda, a Trindade não apenas inspira, mas fundamenta o dinamismo da salvação como um evento de comunhão. Assim, ele descreve:

É Deus quem decisivamente toma a iniciativa e informa sobre Si mesmo o conhecimento que Ele dá de Si mesmo em Cristo por meio do Espírito: antecipando intensamente a comunhão plena e final com a Trindade que será desfrutada no Reino dos Céus (CODA, 2011, p. 114). (Tradução nossa).³

Diante desse dinamismo, que reflete um amor que não apenas une, mas também se doa plenamente, revela-se que a economia da salvação é, em si mesma, uma expressão da ontologia divina. Trata-se de um ato de inclusão e participação, no qual a humanidade é chamada a partilhar da própria vida divina.

4 Economia e Dignidade Humana: Um Novo Humanismo à Luz da Salvação

Com a globalização do século XX, os grandes problemas decorrentes da atuação econômica e política — sobretudo as crises socioambientais — tornaram-se ainda mais evidentes. Isso reacende a preocupação com a dimensão ética e moral da economia, já presente desde o século XIX, e impulsiona o surgimento de um novo humanismo na prática econômica. Esse novo olhar amplia o horizonte da economia para além da mera administração de recursos materiais, direcionando-se à valorização das relações humanas e ao bem-estar coletivo.

Essa abordagem parte de uma crítica ao modelo capitalista tradicional, fundamentado no mercado, no lucro e no consumo, propondo uma economia centrada no ser humano em sua integralidade. Trata-se da mesma lógica proposta pela

3. È Dio che prende decisamente l'iniziativa e informa di sé la conoscenza che Egli stesso dona di sé in Cristo mediante lo Spirito: anticipando intensamente la comunione piena e definitiva con la Trinità di cui si godrà nel Regno dei Cieli. (Texto original).

economia da salvação, na qual, por meio da encarnação de Jesus, o ser humano recupera sua dignidade enquanto filho de Deus, em uma relação de amor.

O economista Amartya Sen, em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, argumenta que a economia deve ser compreendida como um meio para expandir as liberdades humanas, e não como um fim em si mesma. Ele enfatiza que o desenvolvimento econômico deve estar intrinsecamente ligado à promoção das capacidades humanas, como a saúde, a educação e a participação social. Nesse contexto, Sen descreve como equivocada a visão que reduz a economia à simples maximização de renda ou crescimento do PIB, desconsiderando os aspectos qualitativos da vida humana e os fatores que realmente contribuem para o bem-estar e a liberdade dos indivíduos.

A capacidade do mecanismo de mercado de contribuir para o elevado crescimento econômico e o progresso econômico global tem sido ampla e acertadamente reconhecida na literatura contemporânea sobre desenvolvimento. No entanto, seria um erro ver o mecanismo de mercado apenas como um derivativo. Como observou Adam Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar (SEN, 1999, p. 21).

Essa perspectiva coloca o indivíduo como agente central no processo econômico, destacando sua dignidade e potencial. Nessa mesma linha, a Prêmio Nobel de Economia Elinor Ostrom⁴ desenvolveu sua obra com foco no bem comum, defendendo uma responsabilidade compartilhada na gestão dos recursos naturais. Para ela, esse processo começa com o envolvimento direto de cada cidadão, de modo que, ao buscar seu próprio bem individual, cada um contribua para a construção do bem coletivo, gerando resultados mais eficientes.

Ostrom propõe uma lógica distinta daquela de Adam Smith em relação ao *self-interest*, que visava à acumulação de bens. Em contraste, ela enfatiza que a

4. Para aprofundar o tema do bem comum e da gestão coletiva dos recursos naturais, recomenda-se a leitura da obra *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, de Elinor Ostrom. Nesse livro, a autora apresenta uma análise inovadora sobre como comunidades podem organizar-se de forma eficaz para administrar recursos compartilhados, desafiando a ideia de que apenas o Estado ou o mercado são capazes de fazê-lo. OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

gestão comunitária dos recursos naturais — baseada na participação ativa dos indivíduos — é mais eficaz do que delegar essa responsabilidade exclusivamente às instituições públicas. Segundo sua abordagem, a governança colaborativa é capaz de promover soluções sustentáveis e equitativas, fortalecendo os vínculos sociais e o compromisso com o bem comum.

A economia, sob essa nova perspectiva, é compreendida como um instrumento eficaz para a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e o fortalecimento das políticas públicas no âmbito estatal. Essa concepção amplia o entendimento tradicional da economia, superando a visão restrita à gestão de recursos materiais e incorporando dimensões éticas, sociais e humanas. A partir dela, emergem novas teorias e práticas, formuladas tanto por economistas quanto por cidadãos engajados.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, que em 1991 lança a proposta da Economia de Comunhão. Trata-se de um modelo inovador que busca integrar a partilha dos lucros, a cooperação e o bem comum como pilares de uma economia inclusiva e solidária. A inspiração para essa iniciativa surgiu durante sua visita ao Brasil, quando, ainda dentro do avião, Lubich se deparou com a profunda desigualdade social que marcava o país. A proposta foi dirigida aos empresários, convidando-os a adotar uma estrutura prática baseada em três princípios fundamentais para a destinação dos lucros:

Parte dos lucros produzidos seria investida na empresa; outra parte seria destinada a ajudar aqueles que passam necessidades, dando-lhes a possibilidade de viver com mais dignidade, enquanto esperam um trabalho, ou oferecendo-lhes um emprego nessas mesmas empresas. A terceira parte seria para desenvolver estruturas para a formação de homens e mulheres motivados pela ‘cultura da partilha’, ‘homens novos’, porque sem homens novos não se cria uma sociedade nova (LUBICH, 1999, p. 2).

Essa organização tripartida da comunhão do lucro, mostra uma oportunidade aos necessitados de terem meios para saírem da situação de vulnerabilidade, não é um mero assistencialismo, mas uma forma de inseri-los na dinâmica

ca ativa da economia, onde a comunhão como motor central, proporciona em mesma dignidade colocar em comuns os bens e as necessidades, sem distinção de hierarquia nos papéis da relação entre receber e doar, pois é fundado no princípio da reciprocidade, na mesma lógica da economia da salvação, como Santana bem descreve:

Reciprocidade exige liberdade e gratuidade e, portanto, abertura. E em Deus, cada ato de doação é amor superabundante, gratuito e livre. Deus se dá por inteiro em cada ato de autodoação, mas em cada novo ato, essa plenitude é maior, posto que Ele mesmo é fonte inesgotável do amor. E o vemos na economia da salvação. Deus se doa por inteiro, como Trindade, na criação. Mas se dá ainda mais plenamente na encarnação do Verbo. E de modo ainda mais admirável na ressurreição de Jesus (SANTANA, 2023, p. 157).

O reinvestimento do lucro na própria empresa revela um espírito de eficiência e estratégias voltadas para o bom desempenho da fonte de comunhão. Isso significa que a empresa deve ser administrada de forma profissional, com competências sólidas em gestão e negócios. Não se trata de uma obra social voltada apenas à realização de boas ações, mas de uma empresa com fins lucrativos, sujeita às tributações e ao cumprimento das leis como qualquer outra.

Ao conceber um ambiente empresarial que favoreça a valorização do ser humano, Chiara Lubich apresenta uma visão profundamente inovadora. Para ela, a empresa é o espaço onde os mais diversos talentos são colocados em comum, com o propósito de cumprir os objetivos da missão empresarial. Para que essa atuação colaborativa, inclusiva e solidária se concretize de forma profissional e eficaz, Lubich destaca a importância de formar pessoas que desenvolvam esses valores e se comprometam com a proposta. Por isso, a terceira parte da *Economia de Comunhão* é dedicada à formação para essa nova cultura da partilha.

Viver os princípios da Economia de Comunhão não é responsabilidade exclusiva dos empresários que compartilham os lucros, mas de todos aqueles que colocam em comunhão seus conhecimentos, talentos e ações, contribuindo para uma nova cultura do agir econômico — que pode ser vivida também fora do ambiente empresarial, nas diversas relações econômicas da sociedade.

Chiara vislumbra a realidade trinitária como matriz para a transformação das relações sociais e econômicas. Assim descreve Santana, em sua tese doutoral sobre a mística da comunhão: “Chiara Lubich contém uma compreensão trinitária da relação intersubjetiva, que identifica na comunhão da Trindade uma matriz teológica para os relacionamentos interpessoais e um meio de participação na vida da Trindade” (SANTANA, 2023, p. 7).

A visão trinitária da economia remete à ética e à moral em um contexto histórico marcado pela cultura individualista. Trata-se de uma proposta contracultural, capaz de abrir novas possibilidades para enfrentar as crises contemporâneas, promovendo justiça nas oportunidades e acesso aos bens materiais essenciais — afinal, um ser humano não pode lutar pela própria vida quando padece de fome.

Chiara Lubich comprehende que todo agir econômico deve estar fundamentado, sobretudo, na capacidade de amar. Assim como o Pai, na Trindade, se doa por cada ser humano por meio de Jesus, o Espírito Santo age suscitando a benevolência nas relações humanas — inclusive nas relações econômicas.

A partir dessa perspectiva, o conceito de economia, segundo Chiara, é redimido da culpa de ser motor das desigualdades. Ele se torna um conceito nobre, plenamente capaz de promover o desenvolvimento humano integral e sustentável, em sintonia com as exigências do tempo presente.

5 Economia, Trindade e Sustentabilidade

O século XXI, marcado pelos avanços tecnológicos e mais recente com a chegada das inteligências artificiais, demonstra que o ser humano se torna ainda mais vulnerável diante das questões mercadológicas, se considerarmos que apenas os que possuem recursos financeiros disponíveis para se qualificarem para dominarem toda a tecnologia, terão seus postos de trabalhos garantidos, temos uma preocupação em relação ao papel dos demais diante dessa nova demanda. Outra questão relevante e de preocupação é a ambiental, a escassez dos recursos naturais que garantem a qualidade de vida na terra.

Diante disso, novos conceitos que integram a economia estão surgindo para abranger inúmeras possibilidades e dar esperança para os viventes.

A economista Kate Raworth, em “*Doughnut Economics*” ou “Economia das Rosquinhas”, propõe um modelo que integra os limites planetários com as necessidades humanas, chamando atenção para a necessidade de uma economia regenerativa e distributiva, assim descreve: “A tarefa do século XXI é clara: criar economias que promovam a prosperidade humana em uma rede de vida florescente, para que possamos prosperar em equilíbrio com o espaço seguro e justo da “Rosquinha”. (RAWORTH, 2018, p. 286). (Tradução nossa).⁵ Essa visão de Raworth, destaca que o crescimento econômico só é significativo quando respeita as condições ecológicas e promove a justiça social, aspectos que não podem mais ser negligenciados na economia.

Papa Francisco em sua Encíclica Laudato Sí, exorta sobre a urgência na questão ambiental para o bem da humanidade, assim descreve: O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar (FRANCISCO, 2015, 13, p. 5).

As questões ambientais exigem olhares integrados entre as diversas áreas do conhecimento, especialmente das ciências, utilizando o conceito de economia — conforme desenvolvido até este ponto — como um fator de transformação e promoção da justiça ambiental. A economia possui o potencial de regenerar o agir econômico de forma humanizada, ou seja, capaz de considerar não apenas os gráficos e os resultados financeiros das planilhas, mas também as interconexões desses dados com as dimensões sociais, éticas e ecológicas. Essa abordagem representa uma mudança de paradigma, refletindo a urgência de alinhar as práticas econômicas às demandas reais da sociedade contemporânea.

6 Conclusão

O Papa Bento XVI, na Encíclica *Caritas in Veritate*, apresenta uma reflexão profunda sobre a essência da economia, destacando sua conexão com a dignidade humana. Ele propõe uma visão que transcende o lucro, orientando-se para

5. The twenty-first-century task is clear: to create economies that promote human prosperity in a flourishing web of life, so that we can thrive in balance with the Doughnut's safe and just space. (Texto original).

o atendimento das necessidades reais das pessoas, dentro de uma ética fundamentada no cuidado e na solidariedade. O texto afirma que a economia deve ser iluminada pela verdade e guiada pela caridade, pois somente sob essa luz será capaz de reconhecer as necessidades mais profundas do ser humano, deixando de ser causa das crises existentes. Assim, Bento XVI descreve:

Com efeito, a economia e as finanças, enquanto instrumentos, podem ser mal utilizadas se quem as gera tiver apenas referimentos egoístas. Deste modo é possível conseguir transformar instrumentos de per si bons em instrumentos danosos; mas é a razão obscurecida do homem que produz estas consequências, não o instrumento por si mesmo. Por isso, não é o instrumento que deve ser chamado em causa, mas o homem, a sua consciência moral e a sua responsabilidade pessoal e social (BENTO XVI, 2009, 36, p. 23-24).

O problema não reside na economia em si — que, como afirma um professor da área, é bela — mas sim na dimensão moral do ser humano ao praticá-la. Assim como propôs Antonio Genovesi, é necessário retomar o princípio da felicidade, que não se limita aos bens materiais, mas inclui também os bens espirituais e intelectuais. Durante muito tempo, a economia foi utilizada como instrumento de controle de natalidade e de monitoramento do desenvolvimento econômico em determinados países. No entanto, foram os próprios seres humanos que se serviram dela para justificar ações contrárias à dignidade da humanidade.

Por isso, Chiara Lubich, ao propor a formação de pessoas para uma nova cultura da comunhão fundamentada nas relações trinitárias, apresenta uma estratégia bem elaborada: transformar o conceito de conhecimento em sabedoria. Essa sabedoria, oriunda do divino — como revelado na economia da salvação — respeita a função das três pessoas da Trindade em uma lógica de amor, servindo como modelo para as relações econômicas. Essa proposta integra os mais diversos atores com todos os seus bens, não apenas os materiais, concedendo dignidade àqueles que, em algum momento, podem partilhar suas necessidades em uma relação horizontal, fundamentada na solidariedade e voltada à construção de uma fraternidade universal. A economia é, de fato, um conceito de grande

potência, capaz de orientar não apenas práticas empresariais, mas também decisões políticas em favor do bem comum.

Este trabalho evidenciou que a economia, quando fundamentada na dignidade humana e orientada pela ética do cuidado e da solidariedade, pode tornar-se um instrumento de inovação na promoção do bem-estar humano. A *economia da salvação* apresenta-se como um modelo de reconfiguração das relações econômicas, inspirando uma cultura de comunhão baseada em valores como justiça, gratuidade e reciprocidade. Novos caminhos para integrar os princípios da economia da salvação ao contexto contemporâneo podem promover um desenvolvimento verdadeiramente integral do ser humano. A partir da visão trinitária, a economia emerge como uma ciência capaz de harmonizar os aspectos materiais e espirituais, contribuindo para a construção universal de uma nova civilização do amor.

Referências

- ALENCAR, J.; AGUIAR, M. *Tecnologia em hotelaria: fundamentos da economia*. Fortaleza: Editora Capes, 2013.
- ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- BALTHASAR, Hans Urs von. *Maria para hoje*. São Paulo: Paulus, 2016. E-book Kindle. Disponível em: [Amazon.com](https://www.amazon.com). Acesso em: 26 set. 2025.
- BENTO XVI. *Caritas in veritate*. Carta Encíclica. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2009.
- BÍBLIA. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2002.
- BRUNI, L.; SMERILLI, A. *Benedetta economia*. Roma: Città Nuova Editrice, 2008.
- CERRINO, M. B. *10 lezioni di economia civile: altre strade sono possibili*. Cantalupa: Effatà Editrice, 2024.
- CODA, Piero. *Dalla Trinità l'avvento di Dio tra storia e profezia*. Roma: Città Nuova Editrice, 2011.
- IRINEU DE LIÃO, Santo. *Contra as heresias*. São Paulo: Paulus, 1995.
- LADARIA, Luis F. *A Trindade, mistério de comunhão*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- LUBICH, Chiara. *A experiência da economia de comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico*. Estrasburgo, 1999.

Disponível em: <https://indy.focolare.org/documents/15611/1136686/UTR-DS-19990531-TT-A-pt.pdf/2a6c55bc-e2eb-4434-8cc0-42b90d4e9b13?version=2.0>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MILL, John Stuart. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

RAWORTH, Kate. *Doughnut economics*. Oxford: Chelsea Green Publishing Company, 2018.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTANA, Cícero C. de. *A uma economia ferida de espinhos: mística, trindade e economia na fundação da economia de comunhão*. Curitiba: PUC, 2023.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

XENOFONTE. *Econômico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.